

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELAS.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

INSS – 14º SIMULADO – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética

Glauber Soares

Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 As comissões de ética, previstas no Decreto n. 1.171/1994, deverão ser compostas por sete brasileiros(as), com idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública.
- 2 O(a) servidor(a) poderá omitir a verdade quando houver intenção de se consolidar a finalidade da administração pública, ou seja, o bem comum.
- 3 Os integrantes da Rede de Ética deverão se reunir ao menos uma vez ao ano, em fórum específico, de modo a promover cooperação técnica e avaliar a gestão da ética. Esse processo será coordenado pela Comissão de Ética Pública.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens a seguir.

- 4 Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- 5 A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;
- 6 Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição.
- 7 São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- 8 Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.
- 9 É competência exclusiva da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

- 10 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Direito Administrativo

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo considerando os aspectos do direito administrativo.

- 11 Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, autorizada por lei específica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.
- 12 Considere que um veículo do INSS tenha causado acidente envolvendo carro de propriedade particular estacionado em via pública. Assertiva: a situação hipotética gera responsabilidade objetiva para a autarquia, independentemente da comprovação de culpa do agente público condutor.
- 13 O princípio da moralidade pode ser representado pela proibição de favorecimentos pessoais ilegais. Esse princípio pode ser utilizado para interpretar a denominada teoria do órgão.
- 14 Em decorrência da imperatividade, atributo dos atos administrativos, a administração pública pode, sem a necessidade de autorização judicial, interditar determinado estabelecimento comercial.
- 15 Inexiste relação de subordinação hierárquica entre determinada autarquia e o órgão ou entidade estatal ao qual ela se vincula.
- 16 As autarquias são dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado e possuem autonomia administrativa e financeira.
- 17 Ocorre o mecanismo de descentralização por serviço quando a União cria uma entidade administrativa e repassa a titularidade do serviço ao novo ente personalizado, para que exerça a competência com autonomia em relação ao poder central.

Gramática/Texto

Eliane Fontana

TEXTO I

1 [...]

Era um sonho dantesco... o tombadilho

Que das luzernas avermelha o brilho.

Em sangue a se banhar.

5 Tinir de ferros ... estalar de açoite...

Legiões de homens negros como a noite,

Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas

Magras crianças, cujas bocas pretas

10 Rega o sangue das mães:

Outras moças, mas nuas e espantadas,

No turbilhão de espectros arrastadas,

Em ânsia e mágoa vãs!

E ri-se a orquestra irônica, estridente...

15 E da ronda fantástica a serpente

Faz doudas espirais...

Se o velho arqueja, se no chão resvala,

Ouvem-se gritos... o chicote estala.

E voam mais e mais... [...]

Fonte: ALVES, C. "O Navio negreiro".

Em relação ao Texto I, responda aos itens 18 a 24.

- 18 Em razão da característica declamatória do texto, é possível subentender que ele é, predominantemente, prosaico.
- 19 Na linha 5, com a expressão "Tinir de ferros ...", o autor faz uma comparação com o som emitido por instrumento que compõe uma orquestra, utilizando a figura de linguagem onomatopeia.
- 20 Infere-se do texto que os sons representados nas linhas descritas por Castro Alves, embora sejam semelhantes aos de uma orquestra, estão relacionados à dor e ao sofrimento de pessoas – o que não causa nenhum prazer aos leitores.
- 21 Deduz-se das ideias do texto que o autor recorre a comparações fortes a fim de fazer o leitor compreender o absurdo da escravidão.
- 22 Em "Magras crianças, cujas bocas pretas", o pronome "cujas" con corda, por coesão, com o termo "crianças" – referente contextual.
- 23 No trecho "suspendendo às tetas", o sinal indicativo de crase foi empregado de forma incorreta, pois "às tetas" completa o verbo "suspendendo", transitivo direto, ferindo os preceitos gramaticais, já que é um verbo que não solicita complemento preposicionado.
- 24 Em "Se o velho arqueja", o pronome "Se" transfere ao período impessoalidade por meio da classificação da partícula apassivadora.

TEXTO II

Dois mais dois

1 O Rodrigo não entendia por que precisava aprender matemática, já que a sua minicalculadora faria todas as contas por ele, pelo resto da vida, e então a professora resolveu contar uma história.

Contou a história do Supercomputador. Um dia disse a profes-
5 sora, todos os computadores do mundo serão unificados num único sistema, e o centro do sistema será em alguma cidade do Japão. Todas as casas do mundo, todos os lugares do mundo terão terminais do Supercomputador. As pessoas usarão o Supercomputador para compras, para recados, para reservas de avião, para consultas
10 sentimentais. Para tudo. Ninguém mais precisará de relógios individuais, de livros ou de calculadoras portáteis. Não precisará mais nem estudar. Tudo que alguém quiser saber sobre qualquer coisa estará na memória do Supercomputador, ao alcance de qualquer um. Em milésimos de segundo a resposta à consulta estará na tela mais
15 próxima. E haverá bilhões de telas espalhadas por onde o homem estiver, desde lavatórios públicos até estações espaciais. Bastará ao homem apertar um botão para ter a informação que quiser.

Um dia, um garoto perguntará ao pai:

– Pai, quanto é dois mais dois?

20 – Não pergunte a mim – dirá o pai –, pergunte a Ele.

E o garoto digitará os botões apropriados e num milésimo de segundo a resposta aparecerá na tela. E então o garoto dirá:

– Como é que sei que a resposta é certa?

– Porque Ele disse que é certa – responderá o pai.

25 – E se Ele estiver errado?

– Ele nunca erra.

– Mas se estiver?

– Sempre podemos contar nos dedos.

– O quê?

30 – Contar nos dedos, como faziam os antigos. Levante dois dedos.

Agora mais dois. Viu? Um, dois, três, quatro. O computador está certo.

– Mas, pai, e 362 vezes 17? Não dá para contar nos dedos. A

não ser reunindo muita gente e usando os dedos das mãos e dos pés.

Como saber se a resposta d'Ele está certa?

35 Aí o pai suspirou e disse:

– Jamais saberemos...

O Rodrigo gostou da história, mas disse que, quando ninguém

mais soubesse matemática e não pudesse pôr o Computador à prova,

então não faria diferença se o Computador estava certo ou não,

40 já que a sua resposta seria a única disponível e, portanto, a certa,

mesmo que estivesse errada, e... Aí foi a vez da professora suspirar.

Luis Fernando Veríssimo

De acordo com o Texto II, responda aos itens 25 a 32.

- 25 Infere-se do texto que a crítica contundente é a inocência e a sagacidade infantil.
- 26 O texto é, predominantemente, narrativo.
- 27 No primeiro parágrafo, a expressão "já que" pode ser substituída por "pois", sem causar prejuízo gramatical e aos sentidos iniciais do texto.

- 28 O verbo “usarão”, l. 5, está flexionado no plural para estabelecer concordância com o sujeito composto anteposto – Todas as casas do mundo, todos os lugares do mundo.
- 29 Se o trecho “para recados”, l. 6, fosse retirado do texto, também seria obrigatória a retirada das vírgulas que o isolam.
- 30 No trecho “mesmo que estivesse errada”, o verbo está empregado para certificar certeza da ação praticada, pretérito imperfeito do modo indicativo.
- 31 No trecho “Pai, quanto é dois mais dois?”, l. 18, o termo “Pai” exerce papel sintático de aposto explicativo.
- 32 Sem prejuízo para as relações gramaticais e semânticas do período, o termo “Porque” em “Porque ele disse que é certa...”, l. 23, pode ser reescrito da seguinte forma: Por que.

Redação Oficial

Fidelis Almeida

Baseando-se no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), julgue os itens seguintes.

- 33 A impessoalidade dos textos oficiais decorre do fato de redações dessa natureza atenderem aos interesses públicos.
- 34 Constitui exemplo de coesão por elipse a seguinte frase: *O Presidente da República assinou o decreto e anulou as possibilidades de recursos contra a decisão.*
- 35 Emprega-se o tratamento “Sua Excelência” no endereçamento de textos oficiais enviados a embaixadores, segundo o Manual de Redação da Presidência da República
- 36 É prescindível o emprego de vírgula após o vocativo nos textos oficiais, uma vez que a pausa após esse termo pode ser indicada por outros sinais de pontuação.
- 37 No fecho das comunicações oficiais, emprega-se a expressão “Atenciosamente” para destinatários de mesma hierarquia que a do remetente.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

Considere verdadeira a seguinte afirmação:

P: Se Paulo trabalhou 35 anos e tem mais de 60 anos, então ele tem direito a aposentadoria.

Com base nessa afirmação, julgue os itens 38 a 41.

- 38 O número de linhas na tabela verdade da proposição P será igual a 4.
- 39 Caso a proposição “Paulo tem direito a aposentadoria” seja falsa, então a proposição “Paulo trabalhou 35 anos e tem mais de 60 anos” será obrigatoriamente falsa.
- 40 A negação do antecedente da proposição P é equivalente a “Paulo não trabalhou 35 anos e não tem mais de 60 anos”.
- 41 A proposição P é equivalente à expressão “Se Paulo tem direito a aposentadoria, então ele trabalhou 35 anos e tem mais de 60 anos”.
- 42 Em relação à palavra TÉCNICO, a porcentagem das vogais representa 75% das consoantes.

Informática

Fabricio Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo.

- 43 No Windows 10, por meio do uso do botão direito do mouse sobre um arquivo do Word na Área de Trabalho, é possível a impressão desse arquivo.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item.

Ao utilizar um programa de correio eletrônico, como o Outlook, um usuário preencheu com endereços válidos, além do campo PARA e CC, o campo CCO.

- 44 Sendo assim, o endereço do remetente será ocultado dos demais.

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45 Os vírus de computador são uma das formas mais antigas de malware; são softwares maliciosos criados para causar danos. Mas, com sua capacidade de evitar a detecção e se replicar, esses programas sempre serão motivo de preocupação. Entender o que um vírus é capaz de fazer em seu computador é o primeiro passo para proteger um sistema e computadores pessoais de ataques.

- 46 No PowerPoint 365, por meio da opção ocultar slide, da guia APRESENTAÇÃO DE SLIDES, é possível a ocultação e a exclusão de um slide em edição.
- 47 No LibreOffice Calc, de acordo com trecho da planilha abaixo, ao inserir na célula D1 a fórmula “=MEDIA(C1;A1)”, o resultado será “#NOME?”.

	A	B	C	D
1	2	4	6	
2	3	5	7	
3				

Regimento Jurídico Único

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo, considerando a Lei n. 8.112/1990.

- 48 A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição pelo prazo de cento e quarenta dias. O prazo prescricional começa fluir por inteiro após o término da interrupção.
- 49 Situação hipotética: Daniel é servidor efetivo do Ministério da Educação há dois anos. No entanto, após a publicação do edital para o INSS, voltou a estudar com objetivo de mudar de carreira. Assertiva: Sendo aprovado no concurso do INSS, mas reprovado no estágio probatório referente ao novo cargo, Daniel será reconduzido para seu antigo cargo no Ministério da Educação.
- 50 Amadeu é servidor do INSS e irá ser candidato a deputado estadual nas próximas eleições. Nesse caso, o servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Seguridade Social

Ivan Kertzman

Pedro trabalha como vendedor ambulante, sem jamais ter contribuído para a previdência social.

- 51** Caso Pedro sofra um acidente, para receber o atendimento médico da saúde pública, ele deverá comprovar apenas a sua filiação à previdência social, mesmo que não tenha efetuado qualquer contribuição, devido ao caráter universal da saúde pública brasileira.
- 52** Atualmente, o INSS é o responsável pela gestão dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, não custeando a aposentadoria e pensão concedida pelos Regimes Próprios de Previdência Social, mesmo em relação aos seus próprios servidores de cargo efetivo.
- 53** O princípio constitucional da irredutibilidade do valor dos benefícios, apesar de não garantir a proteção do valor real dos benefícios previdenciários, garante que os reajustes dos benefícios previdenciários sigam o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

Márcio contraiu uma doença grave e rara que afeta a sua qualidade de vida e que, se não tratada, pode levá-lo a óbito.

- 54** Nesse caso, mesmo tendo condições financeiras para custear um tratamento privado, Márcio pode ser tratado pelo SUS gratuitamente, pois o princípio da universalidade do atendimento não permitiria a exclusão do atendimento público em razão do poder econômico do cidadão.
- 55** Pelo princípio da reserva do possível, é dada a possibilidade do legislador selecionar os riscos principais a serem cobertos pela previdência social, sem que seja ferido o princípio da universalidade na cobertura e do atendimento.
- 56** Uma lei que diminua a alíquota de contribuição previdenciária de um determinado setor econômico sob a justificativa de que tal atividade utiliza muitos trabalhadores seria flagrantemente inconstitucional, ferindo o princípio da isonomia, uma vez que criaria vantagem competitiva para o setor beneficiado em relação aos demais setores econômicos.

Determinado Estado aumentou a alíquota de contribuição previdenciária de seus servidores mediante a publicação de lei em 02/02/2022.

- 57** Nessa situação, somente foi possível a cobrança da nova alíquota a partir de 02/05/2022, em virtude do princípio da anterioridade, que impõe o prazo de 3 meses da data da publicação da lei para que seja exigida a contribuição.
- 58** São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. Dessa forma, um clube recreativo de funcionários de uma empresa estatal não deve pagar as contribuições previdenciárias patronais em relação aos seus empregados.

- 59** Em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que unificou os critérios estabelecidos para concessão de benefícios das diversas Caixas de Aposentadoria e Pensões até então existentes. A unificação legislativa das CAPs, promovida pela LOPS, foi, de acordo com a doutrina, o primeiro passo para que se tornasse possível a criação do INPS.

- 60** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi criado em 1990, mediante a fusão do INPS, responsável pela gestão dos benefícios do RGPS, com o IAPAS, responsável pela cobrança e fiscalização das contribuições previdenciárias. Com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária o INSS deixou de ser responsável pela arrecadação, cobrança e fiscalização das contribuições previdenciárias e, atualmente, tal atribuição é cabível à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Leia o texto a seguir e responda às questões 61, 62 e 63.

Sr. Carlos trabalha no Hospital da Cura Ltda, exercendo a função de administrador, na forma do código civil, tendo efetivos poderes de gestão. Com a finalidade de resolver a deficiência do serviço de ortopedia, contratou 4 especialistas desta área, Dr. Ricardo, Dr. Rogério, Dra. Carolina e Dr. Paulo. Os três primeiros foram contratados para dois plantões semanais, com a atribuição de atender os pacientes e registrar os atendimentos no prontuário na forma e padrão criados pelo Sr. Carlos. Dr. Paulo foi contratado para um plantão semanal e, ainda, teria a atribuição de substituir as eventuais faltas dos outros três médicos. Em seu contrato, estava prevista a possibilidade de ser substituído por outro colega de mesma especialidade nos dias em não fosse possível cumprir o seu plantão ou substituir um colega ausente, mas era dela a obrigação de manter o serviço de ortopedia sempre em funcionamento, mesmo que o plantão fosse cumprido por outro médico por ele indicado.

- 61** Sr. Carlos é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de contribuinte individual.
- 62** Os quatro médicos contratados podem ser enquadrados com segurados empregados do RGPS, pois possuem as características da relação de emprego.
- 63** Os sócios do Hospital da Cura Ltda serão enquadrados como contribuintes individuais, independentemente do recebimento de pró-labore.

Renan, servidor público, exerce a função de síndico do seu condomínio, sem receber qualquer remuneração e nem gozar de isenção da taxa condominial.

- 64** Nessa situação, Renan poderá contribuir para o RGPS, se desejar, na condição de segurado facultativo.

Júlio Martinez, chileno, residente no Brasil há 3 anos, trabalha como empregado em uma empresa de exportação. Martinez foi contratado pela Organização das Nações Unidas para trabalhar em Paris.

- 65** Nessa situação, Júlio Martinez continuará filiado à previdência social na condição de contribuinte individual.

66 Não descaracteriza a condição de segurado especial a renda decorrente da atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que, nesse caso, a renda mensal obtida na atividade não exceda o menor benefício de prestação continuada da previdência social e atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da previdência social.

Enésia trabalha três vezes por semana, somente pelo turno da manhã, prestando serviços domésticos na residência de Mariana.

67 Nessa situação, Enésia é empregada doméstica, não podendo ser contratada como diarista.

68 É considerado trabalhador avulso o condutor autônomo de veículo rodoviário, assim considerado o que exerce atividade profissional sem vínculo empregatício, quando proprietário do veículo, quando presta serviços de fretes para portos.

José, segurado especial plantador de milho, recebeu uma proposta para trabalhar durante 90 dias como garçom de um bar da zona urbana próxima à sua propriedade rural. Como estava no período de entressafra, aceitou a proposta.

69 Nessa situação, José perdeu a condição de segurado especial, pois, apesar de ter trabalhado dentro do período de 120 dias permitido e, ainda, durante a entressafra, o trabalho foi exercido na zona urbana, o que é proibido pela legislação.

70 De acordo com a legislação previdenciária, empresa é a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e fundacional. Equiparam-se a empresa o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço. Dessa forma, caso uma pessoa resolva fazer uma casa de praia de 200 m² para uso próprio e contratar trabalhadores para essa finalidade, será equiparada a empresa.

71 O conceito de salário de contribuição pode ser obtido por categoria de segurado, de acordo com a Lei n. 8.212/1991. Para empregado, contribuinte individual e trabalhador avulso, ele é a remuneração recebida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidade e os adiantamentos decorrentes de reajustes salariais, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviço, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

Para as próximas cinco questões, considere o seguinte caso:

Rodrigo estava organizando a folha de pagamento da empresa em que trabalha e percebeu as seguintes operações e benefícios concedidos:

- 1) Pagamento de adicional de insalubridade para os empregados que trabalhavam em contato com agentes nocivos prejudiciais à saúde.
- 2) Pagamento de diárias de viagem no valor de R\$ 4.000,00 comprovadas por Pedro, empregado que ganha R\$ 7.000,00.

3) Pagamento de escola básica para filhos de empregados, sem restrições de acesso ao benefício, no valor máximo de R\$ 1.500 por empregado.

4) Pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados em duas parcelas anuais, sendo pagas em janeiro e março de cada ano.

5) Pagamento de ajuda de custo de R\$ 5.000,00, em parcela única, a João, que foi transferido de cidade. A ajuda de custo teve a finalidade de pagar as despesas de mudança de João.

72 Sobre o pagamento do adicional de insalubridade para os empregados que trabalhavam em contato com agentes nocivos prejudiciais à saúde incide contribuição previdenciária.

73 O pagamento das diárias de viagem de Pedro deve integrar o salário de contribuição pelo seu valor total, uma vez que ultrapassou o limite de 50% da remuneração do empregado.

74 O pagamento de escola básica para filhos de empregados atendeu aos requisitos legais, não integrando o salário de contribuição.

75 O pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados, nos moldes em que foi feito pela empresa, deve integrar o salário de contribuição.

76 O pagamento da ajuda de Custo a João atende aos requisitos legais para não incidência de contribuição previdenciária.

77 O custeio dos benefícios concedidos em razão dos riscos ambientais do trabalho é feito mediante as contribuições sobre a remuneração paga a qualquer título no decorrer do mês ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao contribuinte individual, incidindo um percentual de um, dois ou três pontos percentuais, a depender de a atividade preponderante da empresa ter grau de risco leve, médio ou grave.

No mês de março de 2022, Alberto, autônomo, exercendo por conta própria atividade econômica, realizou diversos reparos nas instalações elétricas da Santa Casa de Misericórdia, entidade beneficente de assistência social e imune das contribuições sociais patronais, prestando serviços, nessa competência, apenas à Santa Casa e recebendo R\$ 6.000,00 pelo trabalho.

78 Nessa situação, a entidade beneficente está obrigada a descontar, do total a ser pago a Lauro, o equivalente a 11% de sua remuneração, bem como a efetuar o repasse.

79 Os empregados domésticos e trabalhadores avulsos têm suas alíquotas de contribuição cobradas de forma progressiva e não cumulativa, em função das faixas do salário de contribuição que são reajustadas na mesma época e com os mesmos índices que os benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

80 O Produtor Rural Pessoa Jurídica é sempre responsável pelo recolhimento das contribuições sobre a venda de sua produção, sendo as vendas efetuadas para pessoas físicas ou jurídicas, devendo recolher a contribuição até o dia 20 do mês subsequente ao que a produção for vendida, antecipando-se o prazo se não for dia útil.

Seguridade Social

Fernando Maciel

Júlio Antunes possui 62 anos de idade e contribui para o RGPS há 20 anos, na condição de segurado empregado. Durante os 10 primeiros anos de contribuição, Júlio trabalhou em plenas condições psicofisiológicas, porém, no período restante, teve reconhecida a sua condição de Pessoa com Deficiência – PCD, mediante avaliação biopsicossocial realizada perante o INSS.

- 81** É correto afirmar que Júlio já preencheu o tempo mínimo de contribuição exigido para obter uma aposentadoria por idade na condição de PCD.
- 82** É possível o recebimento cumulativo de BPC-LOAS com auxílio-acidente, ante a natureza tipicamente indenizatória desse benefício, o qual não substitui a renda do trabalhador.

Carlos Maranhão é segurado obrigatório do RGPS, na condição de empregado. Em virtude de um acidente de trabalho, Carlos sofreu uma lesão em seu braço direito que lhe acarretou uma incapacidade parcial e permanente (sequela), passando a receber o benefício de auxílio-acidente. Após o seu retorno ao serviço, Carlos foi vítima de novo infortúnio laboral, agora lesando sua perna esquerda, que o incapacitou temporariamente para o trabalho por 90 dias.

- 83** Considerando essa situação fática, Carlos poderá receber cumulativamente os benefícios de auxílio-acidente e auxílio por incapacidade temporária.
- 84** Mesmo não tendo o enquadramento previdenciário na condição de segurado especial, o garimpeiro que desenvolver sua atividade em regime de economia familiar fará jus à aposentadoria com idade reduzida prevista para os trabalhadores rurais.
- 85** O benefício de pensão por morte é caracterizado como uma prestação social que substitui o rendimento do trabalho do segurado/servidor, motivo pelo qual, tanto no RGPS quanto no RPPS, o seu valor não poderá ser inferior ao salário-mínimo.
- 86** O auxílio-reclusão concedido aos dependentes pressupõe a condição de baixa renda do segurado preso em regime fechado, condição esta que é aferida levando-se em consideração a média dos seus salários de contribuição apurados no período de 12 meses que antecedem a sua prisão.

Juliana Amaral possui 46 anos de idade e está casada com Bento da Silva há 20 meses, mesmo período em que ele passou a titularizar a condição de segurado obrigatório do RGPS, ante o vínculo de emprego que vem mantendo perante a empresa Aços Finos Ltda.

- 87** Na hipótese de o segurado Bento vir a falecer em virtude de uma causa natural, é correto afirmar que Juliana terá direito a receber o benefício de pensão por morte de forma vitalícia.
- 88** O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar manterá essa condição pelo prazo de 180 dias após o licenciamento, independentemente de contribuição ao RGPS.

89 O segurado que possuir dois empregos que acarretem filiação ao RGPS não terá direito a duas aposentadorias, mas sim apenas um benefício, cuja renda mensal levará em consideração os salários de contribuição de ambas as atividades.

90 A legislação previdenciária veda o recebimento cumulativo de mais de um auxílio-acidente. Porém é possível receber cumulativamente os benefícios de auxílio-acidente e auxílio por incapacidade temporária, desde que esse último seja de natureza acidentária.

91 De acordo com o entendimento jurisprudencial do STF, o aposentado por idade que necessitar de um auxílio permanente de uma terceira pessoa fará jus ao adicional de 25%, acrescido esse que será devido mesmo que acarretar uma renda mensal superior ao teto do RGPS.

92 A ocorrência de um acidente de qualquer natureza tem o condão de afastar a carência previdenciária para fins de benefícios por incapacidade. Porém, para ter direito ao coeficiente de 100% do salário de benefício na aposentadoria por incapacidade, é necessário que o evento infortunistico seja qualificado como sendo do trabalho.

Sérgio Nascimento se aposentou por tempo de contribuição na data de 15 de setembro de 2018, oportunidade em que continuou a trabalhar, na condição de empregado, para o seu então empregador.

93 Considerando a sua condição de segurado obrigatório do RGPS, na hipótese de vir a sofrer um acidente do trabalho que lhe acarrete uma sequela, Sérgio fará jus a receber o benefício indenizatório de auxílio-acidente.

94 Considera-se segurado facultativo do RGPS aquele que se dedica exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que o trabalho seja por mais de dois dias por semana.

95 No caso de fuga do segurado, o benefício de auxílio-reclusão que estiver sendo pago aos seus dependentes será cancelado, sendo novamente concedido na hipótese de o preso ser recapturado dentro do período de manutenção da qualidade de segurado.

Paulo Silva é um empregado qualificado como um segurado de baixa renda. Paulo possui um único filho, João Silva, menor de 16 anos de idade, portador de uma deficiência mental severa.

96 De acordo com a legislação previdenciária, Paulo fará jus ao benefício previdenciário de salário-família.

97 Além do salário-família e do auxílio-acidente, o salário-maternidade é outro benefício que poderá acarretar o pagamento de uma renda mensal menor do que o salário-mínimo, notadamente nos casos de atividades exercidas concomitantemente.

98 Mesmo após a Reforma Previdenciária (EC n. 103/2019), os segurados qualificados como pessoas com deficiência continuam fazendo jus às modalidades de aposentadoria por idade e tempo de contribuição.

99 Conforme prevê a legislação previdenciária, para que um filho de um segurado continue mantendo a condição de dependente após os 21 anos de idade, é imprescindível que a causa da invalidez/deficiência seja preexistente à maioria previdenciária.

- 100** Paula Siqueira é segurada contribuinte individual há 12 meses. Estando grávida de 8 meses, Paula sofreu aborto espontâneo (não criminoso), o que lhe acarretará o direito de receber o benefício de salário-maternidade pelo prazo ordinário de 120 dias, podendo ser prorrogado para até 180 dias, na hipótese de o seu empregador ter aderido ao programa “Empresa Cidadã”.
- 101** Em matéria de dependentes previdenciários, é correto afirmar que, na segunda classe, figuram os ascendentes do segurado, dentre eles os pais e os avós.
- 102** Para fins de pensão por morte, de acordo com o previsto na legislação previdenciária, equiparam-se a filho o enteado, o menor tutelado e o menor sob guarda, desde que comprovada a dependência econômica.
- 103** É correto afirmar que nem todos os dependentes que integram a primeira classe estão dispensados de comprovar a dependência econômica.
- 104** Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou participe de homicídio doloso ou culposo, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.
- 105** O desastre socioambiental de Brumadinho/MG acarretou o desaparecimento de dezenas de segurados do RGPS. Mesmo no caso de as vítimas desse trágico evento não serem localizadas, os respectivos dependentes farão jus ao benefício de pensão por morte, sendo que, para isso, deverão aguardar o transcurso de 6 meses para fins de ser declarada a ausência desses segurados e, conseqüentemente, sua morte presumida.
- 106** Em matéria de contagem recíproca do tempo de contribuição, é vedada a desaverbação de tempo em RPPS quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.
- 107** No que tange ao delito de estelionato previdenciário, quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido, sendo competência da Justiça Federal processar e julgar esse crime, na hipótese de ser praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, mesmo que não se consuma a lesão aos cofres públicos.
- 108** Em relação ao delito de apropriação indébita previdenciária, será extinta a punibilidade se o agente, após o início da ação fiscal, espontaneamente declarar, confessar e efetuar o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e prestar as informações devidas à Previdência Social.
- 109** Em matéria de regime próprio de previdência dos servidores públicos, o tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, sendo que o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade.
- 110** No que tange à compensação entre os regimes previdenciários, considera-se regime instituidor aquele responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes.

Seguridade Social

Ravan Leão

Julgue os próximos itens com base na Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

- 111** O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de base federal e tem por finalidade atender a população de baixa renda e as pessoas que estejam privadas de liberdade.
- 112** A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema centralizado e participativo, denominado Sistema Geral de Assistência Social (SUAS), possui dentre seus objetivos a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- 113** A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica e ações de proteção social especial.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n. 8.742/1993.

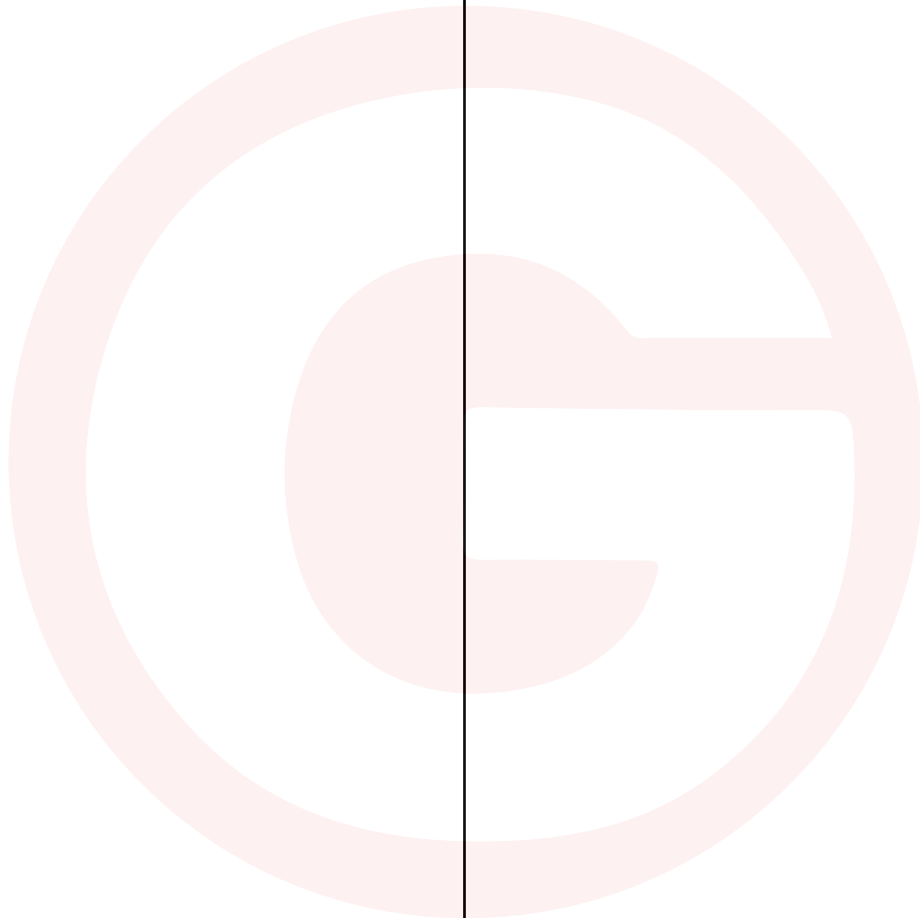
- 114 Situação hipotética:** O CNAS, por decisão da maioria relativa de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei. **Assertiva:** Nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a LOAS.
- 115** Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias judiciais do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.
- 116** Fica instituído o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, cujos membros, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
- 117** O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, cujos nomes são indicados pelo Ministro da Ação Social responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.
- 118** O CNAS tem caráter paritário: metade dos seus membros são representantes governamentais, e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil, remunerados conforme regulamento a ser emanado pelo poder público.

Em relação aos recursos financeiros para a assistência social, julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 119** Não mais constitui receita do Fundo Nacional de Assistência Social o produto da alienação dos bens imóveis da extinta Fundação Legião Brasileira de Assistência.

Julgue o item a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 120** A previdência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Tal dispositivo está em acordo com o que preconiza a doutrina no que tange ao *welfare state* e à reserva do possível.





**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	E	C	C	C	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	E	C	C	C	E	E	E
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	E	C	C	E	C
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	C	E	E	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	C	E	E	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	C
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	E	C	E	E	C	C	E	C	E	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	C	E	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E	E
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	E	C	E



O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.
Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos
rumo à sua aprovação.

O programa de **coaching do Gran Cursos Online** é o diferencial na sua preparação.

Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES


Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts

INSS – 14º SIMULADO – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética

Glauber Soares

Considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 As comissões de ética, previstas no Decreto n. 1.171/1994, deverão ser compostas por sete brasileiros(as), com idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública.

Errado.

Conforme o Decreto n. 6.029/2007, art. 3º, a CEP será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.

Já o art. 5º estabelece: cada Comissão de Ética de que trata o Decreto n. 1.171, de 1994, será integrada por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de três anos.

- 2 O(a) servidor(a) poderá omitir a verdade quando houver intenção de se consolidar a finalidade da administração pública, ou seja, o bem comum.

Errado.

Segundo o Decreto n. 1.171/1994, Capítulo I, Seção I, VIII, toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana, quanto mais a de uma Nação. Desse modo, não há exceções à verdade, e esta deve ser mantida sempre.

- 3 Os integrantes da Rede de Ética deverão se reunir ao menos uma vez ao ano, em fórum específico, de modo a promover cooperação técnica e avaliar a gestão da ética. Esse processo será coordenado pela Comissão de Ética Pública.

Certo.

De acordo com o Decreto n. 6.029/2007:

Art. 9º Fica constituída a Rede de Ética do Poder Executivo Federal, integrada pelos representantes das Comissões de Ética de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º, com o objetivo de promover a cooperação técnica e a avaliação em gestão da ética. Parágrafo único. Os integrantes da Rede de Ética se reunirão sob a coordenação da Comissão de Ética Pública, pelo menos uma vez por ano, em fórum específico, para avaliar o programa e as ações para a promoção da ética na administração pública.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens a seguir.

- 4 Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Certo.

Art. 5º, VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

- 5 A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

Certo.

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

- 6 Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição.

Errado.

Eles são equiparados ao brasileiro naturalizado.

CF. Art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

- 7 São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Certo.

CF. Art. 14, § 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

8 Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação.

Certo

CF. **Art. 22.** Compete privativamente à União legislar sobre:
II – desapropriação;

9 É competência exclusiva da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Errado.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

10 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Certo.

CF. **Art. 37, V** – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

**ASSINATURA
ILIMITADA**
PARA CONCURSOS E OAB

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora

#VEM
SER
GRAN